

TERMO DE REFERÊNCIA

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **Testes Rápidos para detecção de Covid - 19 e Influenza A + B**, visando atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Bataguassu/MS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Especificação do objeto:

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Qtd.
1	002.030.585	TESTE RÁPIDO COMBO DE ANTÍGENOS DA COVID-19 E INFLUENZA A+ B (SWAB NASOFARINGEO) EMBALAGEM COM: 20 CASSETES DE TESTE, 2 TAMPÕES DE EXTRAÇÃO COM 10 ML CADA, 20 TUBOS DE EXTRAÇÃO, 20 SWABS ESTÉREIS, 1 INSTRUÇÃO DE USO, 1 ESTAÇÃO DE TRABALHO, 20 PONTAS DE TUBO DE EXTRAÇÃO, 1 CARTÃO DE PROCEDIMENTO; ESPECIFICIDADE: 99,2% / 99,1%; SENSIBILIDADE; 96,4% / 95%; VALIDADE; 2 ANOS; TEMPO DE REAÇÃO 15 MINUTOS; POSSUIR REGISTRO ANVISA.	UN	150

1.2. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 74/2025.

1.4. O instrumento de contrato será substituído por nota de empenho, autorização de fornecimento ou outro documento equivalente, tendo em vista se tratar de compra com entrega integral, nos termos do artigo 95 da Lei nº 14.133/21.

1.5. O prazo da vigência da contratação será de 6 (seis) meses.

II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objeto a aquisição de testes rápidos para detecção de COVID-19 e Influenza A e B, destinados a atender às necessidades da Secretaria



Municipal de Saúde de Bataguassu/MS, no âmbito das ações de vigilância epidemiológica, diagnóstico oportuno e assistência à saúde da população.

2.2. A fundamentação da necessidade da contratação está amparada no dever constitucional do Município de garantir o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, bem como na obrigação administrativa de adotar medidas preventivas e assistenciais eficazes frente às doenças de notificação e relevância em saúde pública. No contexto atual, observa-se a circulação concomitante dos vírus SARS-CoV-2 e Influenza A e B, com maior incidência de síndromes respiratórias, especialmente em períodos sazonais críticos, o que demanda resposta rápida e estruturada do sistema municipal de saúde

2.3. A necessidade da aquisição foi identificada a partir de dados epidemiológicos consolidados referentes ao exercício de 2025, os quais demonstram o volume de pessoas testadas na rede municipal e evidenciam a demanda assistencial relacionada às doenças respiratórias. O quantitativo estimado decorre do consumo histórico, da capacidade operacional das unidades de saúde e da projeção de atendimentos para o período subsequente, de modo a assegurar a continuidade dos serviços sem desabastecimento ou interrupções

2.4. Os testes rápidos constituem ferramenta essencial para o diagnóstico precoce e diferenciado entre COVID-19 e Influenza, possibilitando a adoção imediata da conduta clínica adequada, o isolamento oportuno dos casos positivos, a redução do risco de transmissão comunitária e o fortalecimento das ações de vigilância em saúde. Ademais, contribuem para a racionalização do uso de medicamentos, a diminuição de encaminhamentos desnecessários e a mitigação da sobrecarga dos serviços de saúde, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos

2.5. A ausência dessa contratação poderá acarretar prejuízos relevantes à Administração e à coletividade, tais como atraso no diagnóstico, dificuldade no monitoramento epidemiológico, aumento do risco de disseminação das doenças e potencial agravamento do quadro clínico dos pacientes, comprometendo a efetividade das políticas públicas de enfrentamento às síndromes respiratórias



2.6. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária, adequada e proporcional, estando alinhada aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

2.6. A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026

II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025

III) Data de republicação no PNCP: 06/02/2026

IV) Id do item no PCA: 197/2026

V) Classe/Grupo: materiais

III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A solução proposta consiste na aquisição de testes rápidos para detecção qualitativa de COVID-19 (SARS-CoV-2) e Influenza A e B, a serem utilizados nas unidades da rede municipal de saúde de Bataguassu/MS, com a finalidade de subsidiar o diagnóstico precoce, orientar a conduta clínica adequada e fortalecer as ações de vigilância epidemiológica.

3.2. Os testes deverão permitir a identificação rápida e confiável dos agentes virais, por meio de procedimento simples, com leitura clara e objetiva dos resultados, possibilitando sua utilização em ambientes ambulatoriais e de atenção primária, sem a necessidade de estrutura laboratorial complexa. A solução contempla o fornecimento de kits novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagens originais, íntegras e lacradas, acompanhados de instruções de uso em língua portuguesa e demais informações exigidas pela legislação sanitária vigente.

3.3. Como parte integrante da solução, os produtos deverão possuir registro ou autorização válida junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, assegurando sua conformidade técnica, sanitária e regulatória. Os testes deverão apresentar prazo de validade compatível com o consumo estimado pela rede municipal,



garantindo segurança no armazenamento e utilização, bem como evitando perdas por vencimento.

3.4. A solução abrange, ainda, a responsabilidade da contratada quanto à qualidade e conformidade dos produtos fornecidos, incluindo a substituição imediata, sem ônus adicional para a Administração, de quaisquer itens que apresentem defeitos de fabricação, avarias decorrentes do transporte, divergências técnicas ou desconformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

3.5. Não se trata de contratação que demande serviços continuados, manutenção técnica especializada ou assistência técnica permanente, uma vez que os testes são de uso descartável. Contudo, a contratada deverá prestar os esclarecimentos técnicos necessários relacionados ao correto uso dos produtos, sempre que demandada pela Administração, assegurando a plena operacionalização da solução.

3.6. Dessa forma, a aquisição dos testes rápidos configura solução adequada, eficiente e alinhada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, contribuindo para a continuidade dos serviços, a melhoria da capacidade diagnóstica da rede pública e a efetividade das ações de prevenção e controle das doenças respiratórias no município.

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os testes deverão ser novos, de primeiro uso, acondicionados em embalagem original do fabricante, íntegra e lacrada.

4.2. Os kits deverão possuir **registro ou autorização válida junto à ANVISA**, em conformidade com a legislação sanitária vigente.

4.3. Os testes deverão permitir resultado rápido, com leitura clara e objetiva, adequados ao uso nos serviços de saúde.

4.4. Os produtos deverão apresentar **prazo de validade mínimo de 2 (dois) anos, contados a partir da data de entrega à Administração.**

4.5. A empresa contratada deverá garantir a entrega integral do quantitativo contratado, no prazo e local estabelecidos pela Administração.



4.6. Os produtos deverão ser acompanhados de instruções de uso em língua portuguesa e demais informações exigidas pela legislação aplicável.

4.7. A contratada deverá assegurar a qualidade e conformidade dos produtos, responsabilizando-se pela substituição imediata de itens que apresentem defeitos, avarias ou desconformidades.

4.8. A contratada deverá cumprir integralmente todas as obrigações previstas neste Termo de Referência, em seus anexos e em sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e despesas decorrentes da entrega e da boa e perfeita execução do objeto.

4.9. A contratada será responsável por eventuais vícios ou defeitos do material fornecido, bem como por danos decorrentes do uso inadequado dos produtos entregues, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

4.10. O objeto contratado deverá estar em conformidade com todas as normas técnicas e de qualidade previstas na legislação vigente, sendo aplicável, subsidiariamente, a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), especialmente quanto à segurança e durabilidade dos produtos.

Subcontratação

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, em remessa integral.

5.2. Os materiais deverão ser entregues no(a) Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Bataguassu, localizado na Rua dos Anjos, nº 628, Bairro Jardim São



Francisco, no Município de Bataguassu/MS, no horário das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00 (horário oficial de Brasília).

5.3. A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, qualquer item entregue com avarias, defeitos ou que não atenda às especificações técnicas previstas.

5.4. Os materiais/serviços adquiridos deverão ser entregues em perfeito estado de conservação e serão recusados e devolvidos à contratada caso não estejam em conformidade com as condições e exigências descritas neste Termo de Referência.

5.5. As despesas com frete, seguro, transporte até o local de entrega, descarregamento, bem como os tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da entrega, serão de responsabilidade exclusiva da contratada.

Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

5.6. O prazo de garantia dos materiais fornecidos deverá respeitar o disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), responsabilizando-se a contratada por quaisquer vícios de qualidade ou quantidade que tornem os produtos impróprios ou inadequados ao consumo.

VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto,



do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.6.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.6.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.6.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.7. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.7.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de



gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão **recebidos provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na



proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo indicado neste instrumento, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1. o prazo de validade;

7.8.2. a data da emissão;

7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;



7.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.8.5. o valor a pagar; e

7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.11. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

7.15. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

Forma de pagamento

7.16. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



7.17. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.19. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

VIII. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **CONTRATAÇÃO DIRETA**, na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, sob a forma **PRESENCIAL**, com fundamento no artigo 75, inciso II, da Lei n. 14.133/21, com adoção do critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.1.1. O fornecimento do objeto será integral.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis,



a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.10. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.11. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;



8.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.17. As certidões acima elencadas, quando não indicarem de forma expressa o seu prazo de validade, serão consideradas válidas por 60 (sessenta) dias, a contar da sua emissão.

Qualificação Técnica

8.18. O fornecedor deverá apresentar o registro válido na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) para os Testes Rápidos Combo de Antígenos, comprovando que o produto está devidamente registrado e autorizado para comercialização e uso no Brasil. O registro na ANVISA é requisito imprescindível para garantir que os testes atendem às normas de segurança e eficácia exigidas pela legislação sanitária brasileira.

IX. ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2026 (LOA nº 3.228 de 23/12/2025).

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

l)Gestão/Unidade: 021010



- II) Fonte de Recursos: 1500
- III) Programa de Trabalho: 10.302.0108.2086
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.30.35
- V) Ficha: 389

Bataguassu-MS, 10 de fevereiro de 2026.

Elaboração:

Nathália Schulz Cardoso

Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Rita de Cássia Buzinaro Ajala

Gerente de Atenção Primária
Matrícula n. 116462

Kauan Lucio Ferreira da Rosa

Equipe de Planejamento
Portaria n. 709/2025

Aprovado por:

Aline da Silva Cauneto

Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 001/2025